

Arqueologia Medieval



EDIÇÕES AFRONTAMENTO



**EDIÇÃO APOIADA PELO
FEDER/PORA
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO ALENTEJO**

Capa e Design Gráfico: Gil Maia.

Fotografia da capa e da contracapa: António Cunha

ISSN: 0872-2250

Nº de edição: 572

Depósito legal: 66923/93

Edição: Edições Afrontamento, Lda. — Rua Costa Cabral, 859 — 4200 Porto — Portugal

Telefones: (02) 529271, 594880 — Telefax: (02) 591777

Impressão: Rainho & Neves, Lda. — Santa Maria da Feira

Acabamento: Rainho & Neves, Lda — Santa Maria da Feira

Periodicidade: Anual

Data de publicação: Fevereiro de 1997

PRESSUPOSTOS MENTAIS DO CULTO DOS MORTOS

JOSÉ MATTOSO*

Para interpretar correctamente os dados fornecidos por uma investigação arqueológica sobre as necrópoles de qualquer época será sempre necessário ter em linha de conta os pressupostos mentais subjacentes ao culto dos mortos. Sem pretender invadir o terreno dos antropólogos, nem o dos historiadores da religião (mas procurando, ao mesmo tempo, colher os seus ensinamentos), gostaria de apresentar algumas considerações de carácter geral sobre o culto dos mortos, em particular aqueles dos seus elementos que têm uma incidência mais directa sobre as práticas funerárias, como contributo essencial para a história das mentalidades. Situo-me, para isso, do ponto de vista ocidental. Interessam-me particularmente os elementos que explicam as práticas funerárias cristãs, mas sem excluir uma tentativa de os interpretar à luz de pressupostos universais; estes são, pelo contrário, a maior parte das vezes, a chave do verdadeiro sentido a dar aos rituais, no seu conjunto e nas suas particularidades. São os pressupostos universais que devem orientar a interpretação das soluções próprias de uma determinada cultura e não o contrário. Apresentar aquilo que creio serem os pressupostos universais e a maneira como são interpretados pela civilização ocidental — tal é o objectivo das linhas que se seguem. É evidente o seu carácter ensaístico. Consequentemente, a grande dose de incerteza e de provisoriedade das reflexões aqui apresentadas.

* Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa).

Comecemos por reflectir naquilo que os mortos representam para os vivos, numa sociedade dominada pelo pensamento simbólico e pelas práticas rituais.

O culto dos mortos pressupõe, antes de mais, que eles não são atingidos por um aniquilamento total: passam a fazer parte de um mundo invisível, regido por leis cuja compreensão escapa ao comum dos homens. O seu desaparecimento e a decomposição do seu cadáver não significam apenas a morte em si mesma, mas sobretudo a passagem a outra forma de existência. Não necessariamente uma existência individual, tal como a viriam a conceber os cristãos, sobretudo a partir dos séculos XI e XII — quando começam a interpretar o dogma da ressurreição dos corpos como uma reanimação do corpo individual, com os caracteres específicos que o distinguem do de qualquer outra pessoa —, mas sobretudo como uma outra vida em que se tornam os sujeitos de forças e de acções de origem invisível. A existência

invisível dos mortos tornar-se-ia, mesmo, um dos elementos fundamentais da explicação e de «compreensão» das forças que se verifica existirem no mundo físico e cuja actuação permanece misteriosa para o homem.

Esta identificação dos mortos com potências ocultas aproxima-se, numas culturas, das forças anímicas que presidem à fecundidade da terra, dos animais e dos homens; noutras ao sucesso e à boa sorte; noutras ainda ao bem e ao mal. Nas primeiras, atribui-se à acção dos mortos o aparecimento material de novas vidas, sobretudo no seio da família que eles deixaram; essa crença poderá estar na base daquela doutrina a que se viria a chamar, em sistemas mentais e em religiões mais evoluídas, e até com justificações teológicas, a «reincarnação». Mas surge em várias culturas como um íntimo relacionamento da vida com a morte, ou seja como uma força vificadora e regeneradora atribuída aos mortos, quer estes se concebam como um todo mais ou menos indefinido, quer como o conjunto dos antepassados.

Noutras culturas parece prevalecer o relacionamento dos mortos com o sucesso, a boa ou má sorte, a prosperidade ou o infortúnio. É evidente que o acento posto sobre este aspecto da influência dos mortos sobre o destino dos homens se situa numa área imediatamente contígua à anterior, visto que a fecundidade é a expressão mais imediata e mais biológica do sucesso, da boa sorte e da prosperidade, e que a preservação da vida é condição essencial do sucesso. Como é evidente, porém, estes conceitos acabam por prevalecer em áreas culturais mais complexas, mais evoluídas ou mais diversificadas. O culto dos manes e lares na Roma antiga está evidentemente imbuído destas crenças.

Noutras culturas, ainda, as forças identificadas com os mortos aproximam-se mais

do domínio do bem e do mal, quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista moral. Os mortos, benfazejos ou malfazejos, conforme a sua acção produz efeitos positivos ou negativos, seriam os responsáveis pelo que de bem ou de mal acontece aos homens. Estamos, de novo, num domínio contíguo do anterior, mas mais próximo de concepções antropomórficas do invisível, sobretudo na medida em que personifica a actuação das forças da natureza e as explica concebendo o mundo invisível à imagem e semelhança da sociedade humana. Os mortos seriam, com efeito, como que a personificação de forças maléficas ou benéficas, ou de ambas, conforme decidissem castigar ou premiar os vivos. Uns mortos seriam intrínsecamente malfazejos, como os homens ou mulheres criminosos e perversos deste mundo; outros radicalmente bons, como os bons patriarcas, as boas mães ou os bons chefes, e os homens e mulheres virtuosos da sociedade visível. É evidente a contiguidade de conceitos que presidem ao imaginário acerca da acção positiva ou negativa dos bons e maus mortos com aqueles que presidem ao imaginário acerca dos demónios, por um lado, e dos anjos e os deuses, por outro. A construção mental do reino dos mortos projecta no Além as estruturas morais da sociedade.

Como é evidente, também, esta concepção acerca da acção dos mortos sobre o mundo visível constitui um dos principais fundamentos de todas as crenças religiosas. Por um lado, inspira as noções de bem e de mal e as prescrições morais que incitam a praticar o bem e evitar o mal. Por outro determina as funções atribuídas aos especialistas do contacto com os mortos (ou com o invisível e as forças nele situadas) — os chamanes, os feiticeiros, os sacerdotes, os gurus, os monges, o clero em geral —, nomeadamente o privilégio da definição daquilo que é o bem e daquilo que é mal, como aquilo que agrada ou desagrade aos mortos, às potências sagradas ou aos deuses. Em terceiro lugar, inspira as acções rituais por meio das quais os homens tentam influenciar as potências invisíveis, ou seja os actos de culto e a liturgia. Com efeito, partindo do princípio que os mortos se comportam como os homens, e sobretudo como os homens poderosos, os rituais destinam-se, em última análise, a captar a sua benevolência. Como é evidente, utilizam processos simbólicos de restabelecer a harmonia do mundo, ameaçada ou afectada pelo mal, neutralizam a força destruidora do sagrado ou a perversidade dos espíritos malignos, protegem contra as ciladas dos demónios, ou, se se preferir, dos mortos que se vingam nos vivos dos seus infortúnios, e que prolongam a sua vida criminosa para além da morte.

O imaginário acerca do mundo dos mortos não se baseia apenas na concepção de forças invisíveis identificadas com os homens e mulheres que deixaram a companhia dos vivos, nem apenas na atribuição ao mesmo mundo do comportamento habitual dos poderosos (com todas as variantes de bondade, perversidade ou arbitrariedade), mas também, sobretudo em sociedades mais evoluídas, nas experiências dos estados oníricos ou visionários. Nesse caso,

os mortos aparecem como sombras ou espectros, enviam as suas recomendações e mensagens através de sonhos, provocam terrores ou revelam coisas escondidas. Embora, no imaginário que releva de uma experiência psicológica individual baseada num contacto (real ou fictício) com os mortos, prevaleça a sensação de medo, registam-se também relatos que acentuam a experiência contrária. Não admira que estes tenham como protagonistas os bons mortos (ou os anjos e santos) e aqueles os maus mortos (ou as almas penadas, os condenados e os demónios). Mas pode também acontecer que o morto apareça para transmitir uma mensagem ou dar uma ordem, e nesse caso o terror que inspira resulta da especial autoridade de que é revestido, ou seja dos terríveis poderes de decretar a vida ou a morte. Nesse caso, o terror não vem da sua bondade ou perversidade mas das convicções acerca dos seus poderes ocultos e sagrados. A sensação de medo, no entanto, parece prevalecer de longe sobre a de protecção ou de consolação, uma vez que se parte do princípio que o morto traz normalmente a morte consigo. O contacto com ele é, portanto, especialmente perigoso.

Daí a infinita variedade de rituais que procuram administrar o duplo sentido da relação com os mortos: presidem à reprodução da vida mas também transmitem a morte. Os rituais do culto dos mortos destinam-se, portanto, a captar a sua benevolência, mas ao mesmo tempo a marcar uma fronteira tão intransponível quanto possível entre o seu reino e o reino dos vivos. Assim, por exemplo, o luto, ao marcar ou isolar os parentes que estavam mais próximos do morto, destina-se justamente a separá-los dos vivos, até que se dissipe o perigo da contaminação de morte que eles podem transmitir (não se trata, evidentemente, de uma noção biológica da contágio); as crenças acerca das almas penadas, que são propriamente aquelas que não conseguem encontrar repouso, ou seja que não ingressaram no convívio com os antepassados, resultam sobretudo de elas serem como que mortos que não estão totalmente mortos, e que por isso, ao permanecerem na fronteira entre este mundo e o outro, perturbam e aterrorizam os vivos. É por isso que os vivos se preocupam tanto com a salvação eterna dos finados, particularmente dos seus familiares: a salvação é, afinal de contas, o repouso eterno, ou seja, a ausência de inquietação, a garantia que o morto não precisa de afligir os vivos e que o sono eterno lhe traz a propensão para a benevolência. O medo dos mortos suscita também uma grande quantidade de rituais que consistem, de alguma maneira, em imobilizar o cadáver (decapitá-lo, atar-lhe as pernas, pregar-lhe os pés, amontoar pedras sobre a sepultura, colocar lages sobre o túmulo, etc.), em provocar a saída imediata do seu espírito, em impedir que o seu espírito regresse ao corpo, tapando cuidadosamente todos os seus orifícios, etc. As próprias práticas de louvor do morto, as oferendas, os cuidados de ornamentação do túmulo, podem, consciente ou inconscientemente, ter como razão última o desejo de que o morto permaneça quieto e contente para não perturbar os vivos.

A preocupação com a delimitação da fronteira entre mortos e vivos levou em várias civilizações a situar os cemitérios e necrópoles fora dos lugares habitados. É a expressão mais clara desse cuidado. Noutras, porém, nomeadamente na ocidental, desde a Idade Média até ao século XIX, prevaleceu o hábito de sepultar os mortos (pelo menos aqueles que têm poder suficiente para escolher o local do enterramento) nas igrejas, como forma de garantir a salvação da alma por meio da proximidade com o sagrado. As igrejas inicialmente procuradas para os enterramentos cristãos eram as basílicas onde repousavam as relíquias dos mártires, que, por serem igrejas tumulares, se situavam frequentemente fora da cidade. Mais tarde as relíquias dos santos foram também colocadas em igrejas urbanas. A afluência de sepulturas *ad sanctos* fez com que só os mais poderosos, ou as autoridades eclesiásticas conseguissem ficar dentro da igreja. O comum dos fiéis ficava no adro, que era ainda considerado recinto sagrado. A aparente anomalia que constitui o enterramento no interior do espaço habitado explica-se, neste caso, pela convicção de que a proximidade física com o sagrado garantia a salvação da alma. A grande quantidade de rituais que a Igreja criou para envolver os seus mortos com a protecção divina criou a convicção de que eles faziam parte dos eleitos e portanto, em vez de ameaçarem os vivos, cuidavam da sua protecção. O medo da morte física transferiu-se para o medo da morte espiritual, de que os espíritos malignos eram portadores. Só os mortos em pecado são verdadeiramente ameaçadores.

Estes pressupostos permitem compreender melhor o sentido dos rituais que materializam o culto dos mortos. Os mais importantes creio se podem agrupar em cinco categorias, conforme se destinam: a evitar a

contaminação do reino dos vivos pelo reino dos mortos; se concentram no acto de passagem da vida para a morte; procuram garantir o destino final do morto; tentam impedir que a morte afecte a transmissão do poder; procuram conseguir a preservação da memória. Como se verá ao tratar de cada conjunto, esta classificação não consegue criar grupos estanques. Há muitos rituais que podem exercer funções duplas ou triplas; a ambivalência das crenças que mencionámos antes e a contiguidade entre os conceitos de medo do morto e de captação da sua benevolência são noções que explicam a pluralidade de sentidos da maioria dos rituais.

Já mais acima demos alguns exemplos claros de rituais destinados a estabelecer a maior separação possível entre a vida e a morte. Nalguns casos, porém, o seu significado não é evidente. Tomemos, por exemplo, o sentido das prantos, das lamentações ou do recurso a carpideiras. Aparentemente, e na interpretação moderna, trata-se de uma forma de exprimir tristeza, de patentear emoções de aflição pela perda do morto. Um estudo mais atento não confirma este sentido. Assim, as crónicas medievais que acentuam até ao paroxismo as manifestações de aflição por ocasião da morte dos reis sugerem que estas se destinam como que a esconjurar ou neutralizar a perturbação cósmica e social que ela normalmente traz ou pode trazer; a sua intensidade deveria ser tanto maior quanto maior fosse a ameaça de perturbação trazida pela morte. Sendo assim, trata-se, de novo, de uma forma de defesa contra a ameaça de desordem e de desagregação que a perda de um membro traz ao grupo a que ele pertencia; como é evidente, a ameaça é tanto maior quanto mais importante era a função que ele exercia no seio do grupo.

Podem, decerto, interpretar-se no mesmo sentido práticas tais como o silêncio que se

impõe aos participantes nos funerais, a abstenção de actividade sexual durante o luto, a condenação das segundas núpcias da viúva, o toque dos sinos nas exéquias ou o fechar os olhos dos recém-falecidos. O silêncio representa uma forma de paralização da vida, ou de concentração das forças vitais num momento em que a morte ronda a comunidade. A abstenção de actividade sexual impõe-se para que ela, no momento em que a morte se aproxima, em vez de transmitir a vida, não propague a morte. A condenação das segundas núpcias da viúva (como acontecia com as rainhas dos visigodos) destina-se a evitar a mesma eventualidade. O toque dos sinos baseava-se na crença de que o seu timbre afastava os espíritos malignos que acorriam junto dos cadáveres. O fechar os olhos dos recém-falecidos decorria da ideia, especialmente evidente em lendas germânicas e nórdicas, de que o seu olhar era mortífero. Em suma, os rituais das exéquias estão cheios de elementos que se destinam a evitar a contaminação da morte e a garantir a manutenção da vida da comunidade afectada pelo desaparecimento de um dos seus membros.

Os rituais que procuram intervir positivamente no processo de passagem da vida para a morte têm, em última análise, o mesmo sentido. Mas resultam mais directamente de crenças que não interpretam essa passagem como um processo imediato mas gradual. A passagem seria como que uma viagem, e até uma viagem longa, cheia de peripécias e de perigos. Estas crenças têm dois aspectos muito concretos: a de que o espírito não abandona imediatamente o corpo depois da morte; e a de que o morto só o é verdadeiramente quando termina a decomposição do cadáver e se reduz a ossos. O perigo de perturbação dos vivos pelo «morto» torna-se, portanto, especialmente grande durante esse período de transição. Impõem-se as preces propiciatórias que lhe trazem o sossego, especialmente em fases consideradas críticas, com ao fim do terceiro dia, do sétimo, do trigésimo, do quadragésimo, ou do aniversário. Com efeito, relacionavam-se com estes períodos as fases de decomposição do cadáver e de afastamento progressivo do espírito para o mundo invisível. Trazia a identificar-se a redução a ossos com a entrada final do morto na comunidade indiferenciada dos antepassados, em que ele, pelo menos em certas culturas, perdia a sua identidade individual. Como é evidente relacionam-se com estas crenças os rituais em torno da exumação e trasladação dos ossos, o culto das relíquias (que podem não ser só de santos, como acontece com as cabeças de «saludadores»), a reunião de ossários (em que os esqueletos ou caveiras se misturam numa multidão indiferenciada). O exame destas práticas, mais frequentes e importantes em certas culturas, mostra que elas não têm nada de macabro.

Também se devem associar a tais crenças todos os rituais que se destinam a garantir a passagem feliz do «morto» através dos grandes perigos que o ameaçam até chegar ao seu destino. São as orações e sacrifícios que o ajudam a triunfar das suas provações, ou que contribuem para o pacificar, como as preces pelas «alminhas», os sufrágios pelas almas do purgatório, a invocação

dos anjos «psicopompos» (que conduzem as almas ao céu ou que as protegem contra as investidas do demónio), as bênçãos dos sepulcros, assim como aqueles rituais, já referidos, que tendem a imobilizar o cadáver. Estes últimos são especialmente necessários quando o falecido ou a falecida tinha poderes especiais de carácter oculto, como acontecia com as bruxas e feiticeiros, ou quando se tratava de um criminoso, de um suicida ou de alguém morto inesperadamente num acidente, cujas almas eram especialmente inquietas e perturbadoras. Refiram-se, ainda, as preces e rituais em torno de locais especialmente frequentados por almas penadas, como se julgava serem as encruzilhadas dos caminhos e as pontes. Como é evidente, estes rituais tendem a proliferar e a multiplicar-se em variantes que se vão alterando ao sabor da evolução das crenças sobre o destino das almas no outro mundo e sobre a eficácia dos rituais propiciatórios.

Como se vê, este tipo de rituais está muito próximo daqueles que se relacionam com o destino eterno dos mortos. A preocupação com ele deu lugar a uma grande quantidade de costumes que ora tendem a garantir o mais possível um destino feliz e tranquilo, ora, partindo do princípio que ele está já adquirido por certos mortos, os consideram como protectores dos vivos ou como aqueles que podem abrir o caminho da salvação para quem os venera. No primeiro caso, contam-se toda a variada gama de preces e sacrifícios pelos mortos, desenvolvidos sob a forma de sufrágios, ofícios dos defuntos, missas de aniversários, memórias dos mortos no ofício de Prima, celebração do dia de Finados e outros actos litúrgicos do mesmo género. Como se sabe, os cluniacenses desenvolveram enormemente este tipo de celebrações, tornando-se como que os intermediários especializados na relação entre vivos e mortos. O papel que, neste sentido, começaram a desempenhar, sobretudo a partir do século XI, veio a eliminar de vez o culto familiar dos mortos até aí ainda praticado pelos leigos, sob formas hoje já difíceis de reconstituir. Estas poderiam estar imbuídas de influências pagãs, e por isso tomaram formas consideradas supersticiosas pelo clero oficial. Ao reservar-se para os clérigos e religiosos o papel de intermediários entre o vivos e os mortos, abriu-se o caminho para a degradação ainda maior que a feitiçaria passou a constituir. Os leigos, porém, não abandonaram por completo a iniciativa do culto dos mortos. Foi esse, mesmo, o objectivo principal de uma grande quantidade de confrarias. Muitas delas destinavam-se a garantir a celebração condigna dos funerais e exéquias dos seus membros, alguns sufrágios e a celebração de banquetes anuais em memória dos confrades falecidos.

O banquete em memória dos defuntos era uma prática muito corrente no mundo mediterrânico antigo e persistiu com uma impressionante resistência na mesma área cultural, apesar das reticências e censuras de alguns Padres da Igreja, como Santo Agostinho. Como se sabe, os banquetes celebravam-se no cemitério, junto à campa do defunto, sobretudo no aniversário da morte. Mas praticavam-se também no dia do funeral. Deram lugar ao bodo aos pobres, de

que existem ainda numerosas reminiscências em meios populares. Deram também lugar às «pitanças» das comunidades monásticas, para as quais os defuntos deixavam bens cujo rendimento devia ser aplicado a esse fim. Todas estas práticas se destinavam a sossegar o morto, ou seja a contribuir para o seu repouso eterno.

A respeito de certos mortos, porém, a comunidade dos vivos está de tal modo segura da sua salvação, que os considera os melhores intercessores para obter protecção neste mundo ou no encaminhamento para o outro. Deixando de lado todas as práticas que tomam a forma de culto dos santos, interessa aqui, sobretudo, referir outras mais directamente relacionadas com o culto dos mortos. É o que acontece, por exemplo, com o costume, já referido, de se fazer enterrar *ad sanctos*, isto é, junto do túmulo de um mártir, como forma de lhe ir fazer companhia no Céu. Este costume, tão frequente na Igreja dos primeiros séculos não significa apenas que a proximidade do corpo traz consigo a proximidade da alma, mas sobretudo, num pensamento mais evoluído, mas muito corrente na cultura ocidental da alta Idade Média, que o enterramento junto ao altar de um santo era um sinal da solidariedade que unia os membros de uma mesma comunidade. A ideia da solidariedade dos membros do grupo como garantia de salvação inspirou os enterramentos nos cemitérios monásticos e nos claustros (muitas vezes pagos à custa de generosas doações) e também a ideia de que todos os membros de uma comunidade que persistissem nela até à morte seriam salvos, ainda que tivessem cometido faltas graves, embora tivessem de ser purificados pela penitência neste mundo ou pelo purgatório no outro. Tal é o pensamento repetidamente expresso por S. Bernardo. Esta convicção viria a evoluir para

a crença de que todo aquele que morresse com o hábito de uma determinada ordem religiosa seria salvo. Várias ordens do séculos XVI e XVII espalharam esta ideia em seu próprio benefício. Assim se generalizou o costume do enterramento com o hábito de uma ordem religiosa, que se praticava habitualmente nos séculos XVII e XVIII, sendo o hábito preferido o franciscano. Muito antes disso, porém, pode encontrar-se uma manifestação do sinal da solidariedade entre os mortos nas necrópoles e cemitérios destinados aos membros de uma colectividade ou de uma comunidade e muitas vezes delimitados por um recinto que acentua a configuração do grupo. Inversamente, pode-se assim compreender a impressão que causaria aos homens e mulheres da Idade Média a sentença da excomunhão e o enterramento fora de um lugar sagrado. O indivíduo assim excluído não só deixa de beneficiar da solidariedade dos seus semelhantes, mas também é entregue sem defesa aos poderes perversos dos espíritos malignos.

De facto, o destino eterno podia ser o castigo perpétuo. Como é evidente, os rituais conhecidos têm como fim evitá-lo, ou evitar o contacto com aqueles que têm de o sofrer. O mundo antigo ocidental não insiste muito nas crenças acerca da condenação eterna. Parece ter sido por influência oriental que essa crença se difundiu no ocidente, sobretudo depois de se ter tornado uma das doutrinas fundamentais do Cristianismo. A crença nas almas inquietas que perturbam os vivos por terem morrido de morte violenta, por serem culpados de grandes crimes ou por não terem beneficiado dos rituais funerários prescritos, veio todavia a contaminar o imaginário acerca do inferno e mais tarde do purgatório. Há uma evidente contiguidade entre o pensamento acerca das almas inquie-

tas, dos espíritos malignos e dos demónios. Criaram-se numerosos rituais para evitar o contacto com eles ou para o homem se defender dos seus malefícios: a água benta, o sal, a maioria das bênçãos, os exorcismos, o sinal da cruz. Nestes rituais, veio a prevalecer a ideia de que não se justificavam por serem uma defesa contra a morte, mas por afastarem os espíritos demoníacos. Mas não se podem também deixar de referir os rituais, nunca aprovados por nenhuma religião maioritária, mas efectivamente praticados, e que se podem incluir no conceito de «necromancia». São aqueles que se baseiam na invocação dos espíritos dos mortos, independentemente de eles serem bons ou maus, para captar os seus poderes, nomeadamente para a adivinhação e para a magia negra ou maléfica. A crença nos poderes que assim se podem adquirir era muito profunda, e épocas houve, por exemplos os séculos V e VI, em que se encontram referências tão numerosas a elas, que se tem de admitir a sua frequência.

A necromancia foi sempre condenada e perseguida, mesmo pelas leis civis, porque os poderes adquiridos por meio dela eram considerados intrinsecamente destruidores. Mas a morte foi também ocasião privilegiada da celebração de poderes, esses, porém, exercidos em favor da vida, ou melhor, da preservação da colectividade. Quero-me referir à solenização da morte dos poderosos. Já mais acima me referi a este aspecto, a propósito das lamentações. O tema, porém, é muito mais vasto. Para se compreender a função e a razão de ser desta solenização, tem de se lembrar de novo que, se a morte de alguém perturba os membros da sua família, a morte de um chefe afecta todos os membros da colectividade que confiava nele, que ele defendia, que ele conduzia e orientava, à qual garantia a coesão e a subsistência. Daí o pânico que a sua morte pode trazer. O antídoto contra tais ameaças consiste na garantia da sucessão, pouco importa por que meios (hereditária, electiva, carismática, etc.). É, por isso, normalmente, o sucessor que toma a iniciativa da solenização das exéquias ou que exalta a memória do antecessor, como forma de se ligar a ele, para afirmar a continuidade, para reivindicar poderes semelhantes ou para tranquilizar a colectividade. Por isso, as exéquias dos chefes são tantas vezes manifestações grandiosas e espectaculares de poder, de solenidade, e de participação de grandes multidões.

A afirmação da perpetuidade ou da continuidade do poder, todavia, não se faz apenas por meio de rituais, mas também por meio de monumentos. Tal é a função dos túmulos, desde a sua forma mais simples, com a escultura pre-histórica do guerreiro com as suas armas, até aos templos e pirâmides do Egipto. Como é evidente, existem muitos níveis e espécies de poderes, e por isso a solenização da memória dos mortos por meio dos monumentos funerários é extremamente variada. Neste domínio, revelam-se, em paralelismo perfeito com os meios de representação a que recorre a sociedade dos vivos, os processos de marcar nos monumentos funerários as diferenças sociais ou de grupo.

Neste caso, tal com nos anteriores, verifica-se uma transição insensível de uma categoria de práticas e de rituais, para uma outra categoria dos mesmos. É o que acontece ao passar da solenização do poder para a solenização da memória. De facto, as práticas que pretendem lembrar a perpetuidade do poder baseia-se muitas vezes na celebração da memória. Quando o poder não é tão evidente, prevalece, é claro, a segunda e não a primeira. A forma mais corrente consiste em fazer dos túmulos monumentos comemorativos: as estátuas que retratam ou evocam os mortos, as inscrições em seu louvor ou que se destinam a lembrar os seus feitos, a representação iconográfica dos instrumentos com que trabalhava em vida ou das suas insígnias e distintivos (os brasões, as armas dos guerreiros, a coroa do rei), mas também, entre os romanos, as máscaras mortuárias usadas em cerimónias evocativas dos defuntos, e, entre vários povos, os discursos em louvor do defunto, a menção do seu nome (por exemplo nos rolos dos mortos, nos séculos XII e XIII; nas missas de sufrágio, até aos dias de hoje). O facto de se acreditar que o louvor do defunto e o cuidado em preservar a sua memória lhe trazem a felicidade ou a tranquilidade, faz com que aquele ou aqueles que promoveram essa celebração queiram também registar os méritos e os custos desse esforço, como que para reivindicarem o direito a uma recompensa. A ideia de que existe um verdadeiro comércio entre a comunidade dos vivos e a comunidade dos mortos sustenta

essas práticas e inspira uma grande quantidade de variantes na expressão da mesma intenção.

No fundo, quase todos os elementos e manifestações do culto dos mortos se baseiam na convicção de que os seus poderes misteriosos podem ser captados por meio do culto: os vivos prestam-lhes homenagens e sacrifícios e eles retribuem com a sua protecção. O comércio e a troca de favores, porém, não significam promiscuidade. Os mortos e os vivos devem estar separados para que a morte não destrua nem ameace a vida. O verdadeiro culto dos mortos exclui toda e qualquer espécie de necrofilia ou mesmo de macabro. O culto dos mortos representa uma das mais persistentes formas da luta que a humanidade sempre travou contra a morte.